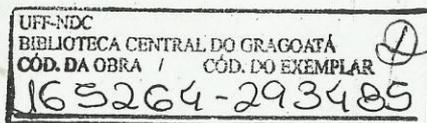


© Copyright 1973 de David Harvey. Traduzido da edição em língua inglesa publicada por The Johns Hopkins University Press, Baltimore, MD, Estados Unidos da América. Direitos de publicação — e de tradução — portuguesa, para todo o mundo, adquiridos pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia "Hucitec" Ltda., Alameda Jaú, 404, 01420 São Paulo, Brasil. Capa: Estúdio Hucitec. Composição: J.G. Propaganda, Rua Santo Amaro, 608, 01315 São Paulo, SP.



165264

293485

PREFÁCIO DO TRADUTOR

No primeiro semestre de 1977, durante a realização de um curso de Geografia para alunos de Ciências Sociais, depois de uma aula, um estudante perguntou-me (havíamos debatido o quinto capítulo deste livro):

— Mas, isto é Geografia?

Para quem acha que a geografia é uma disciplina que lida com assuntos tais como a enumeração de nomes de lugares ou a descrição superficial de paisagens ou, se mais atualizado, com questões relativas a ciências sistemáticas como, por exemplo, climatologia, pedologia, geomorfologia, biogeografia, hidrografia, oceanografia, geografia da população, geografia agrária, geografia urbana, geografia das indústrias e outras — ou, ainda, com grandes agrupamentos de conhecimento como os denominados geografia humana, geografia física e geografia regional, sem contar a cartografia — então, sem dúvida, tem razão: o que D. Harvey discute não é Geografia.

É este é o ponto.

O parágrafo anterior, onde não é mencionada a denominada Geografia Teórica (parte do trabalho dos geógrafos que incorporou a tendência de quantificação nessa disciplina) — parece ser um resumo da situação em que se encontra este aspecto do conhecimento. Em outras palavras, a geografia perdeu a unidade de propósitos que já possuiu no passado, apesar de suas divisões disciplinares internas. Por isso, é importante aqui tentar elucidar o que D. Harvey, sem dúvida um dos primeiros especialistas em metodologia do presente nesta matéria, tenta fazer, apesar de que ele o explicita neste seu trabalho.

O tema subjacente a toda a discussão desenvolvida neste livro é, na opinião deste tradutor, o da busca de unidade na explicação da relação social-natural, em que o espaço terrestre aparece como o fenômeno de que a superfície da Terra é a manifestação.

Não devo entrar no mérito do assunto, tal como o autor o expõe.

Penso, contudo, que o leitor deve ser informado a respeito de que assunto

se trata. Ou melhor, em que estágio se encontra o assunto da busca de unidade do social-natural.

Não quero, aqui, senão indicar algumas soluções já propostas, passando, a seguir, a fazer breve referência ao conteúdo do livro.

Entre as referências possíveis é imprescindível a citação do trabalho de Max. Sorre intitulado *Rencontres de la Géographie et de la Sociologie*, de 1957. Partindo da concepção metodológica da geografia como constituindo uma *ecologia humana*, Max. Sorre está firmemente colocado na corrente principal do conhecimento geográfico que é definido como o que se preocupa com o estudo da "área" (Hartshorne, R. — *Propósitos e Natureza da Geografia*), quer seja ela referida como região ou território. Sua noção de espaço é, portanto, uma noção natural que, seguindo as soluções propostas pelas ciências da natureza, pergunta-se: "Quais são os traços que tornam sensível a noção de espaço? é a configuração. Como está dividido esse espaço? em frações de extensão mais ou menos grandes, em *áreas limitadas*. E como se definem seus limites? é a divisão. Como um ponto ou uma área podem estar situados no espaço contínuo? é o problema da posição, da localização" (p. 87-8). Para Max. Sorre esse espaço é um espaço *geodésico* que se refere à Terra, tal como o indica a expressão "superfície da terra" (Hartshorne, R. *op. cit.*). Esse espaço possui características naturais e humanas, num sentido amplo, que não é o caso explicitar aqui.

Na análise das áreas limitadas a que faz referência, "o complexo local" é entendido como *meio (milieu)*: "tudo o que é exterior aos homens, a totalidade das condições nas quais os grupos exercem sua atividade" (p. 115). O estudo desse assunto só é possível de ser feito através de uma abordagem ecológica, que corresponde ao "conhecimento das relações do ser e de seu meio" (p. 116). Esta postura, que implica na adoção, de um lado, da noção de valor de uso e, de outro, corresponde a uma teoria do equilíbrio, explica a mudança apenas em termos do que ocorre no *meio*, modernamente tratado como *ambiente*. Mas, torna-se difícil fugir da simples descrição (funcional), e é quase impossível explicar a passagem de um *meio* a outro em termos de transformação. Foi essa, aliás, a preocupação que P. Claval em *Evolución de la Geografía Humana* mostrou ter sido própria da *Geografia Clássica*, em oposição à *Geografia Moderna*, que explicaria a realidade com a possibilidade de intervenção na mesma.

Na solução do problema: ecologia ou mudança? ressalta sem dúvida a importância do trabalho de Pierre George, intitulado *Sociologia e Geografia*. Na opinião abalizada de P. Claval, no livro citado, o que Pierre George tenta fazer é, sem abandonar a corrente principal da Geografia, e, portanto, a proposição *ecológica*, tentar acrescentar a isso a noção de *processo*, que toma da *dialética materialista*. O resultado é curioso e engenhoso. Para Pierre Geor-

ge "toda coletividade humana se projeta sobre uma parcela do espaço terrestre que, sob formas diferentes, serve de base a suas atividades" (p. 29). Em outras palavras, o objeto aparece como sendo o social projetado sobre o espaço terrestre que é base da atividade da coletividade humana. Mas, não existe aí separação entre o social e o natural? Essa idéia do espaço terrestre, como base, leva a que o tema central da geografia não seja essa própria base, mas a relação. E, de que natureza é essa relação? Para resolver o dilema, Pierre George lança mão do conceito de *situação*, no qual aparece sua solução metodológica: "O que caracteriza a pesquisa geográfica em relação às pesquisas das ciências econômicas e sociais é situar os dados num meio que, indiferente no inquérito sociológico, é, ao contrário, objeto de descrição qualitativa muito precisa pelo geógrafo. Essa localização acompanha a pesquisa de relações consideradas hoje como relações recíprocas e recorrentes, e também como relações insuficientes para explicar a totalidade dos dados. O conjunto dessas relações contribui para constituir uma *situação*. Uma situação é a resultante, num dado momento — que é, por definição, o momento presente, em geografia — de um conjunto de ações que se contrariam, se moderam ou se reforçam e sofrem os efeitos de acelerações, de freios ou de inibição por parte dos elementos duráveis do meio e das seqüelas das situações anteriores. Esta situação é, fundamentalmente, caracterizada pela totalidade dos dados e fatores específicos de uma porção do espaço que é, salvo nos casos-limites de margens inocupadas pelo homem, um espaço ordenado, uma herança, isto é, um espaço natural humanizado" (1966, p. 23-4).

Percebe-se, claramente, a idéia de unir a preocupação clássica com a moderna, embora Pierre George se mantenha todo o tempo em uma postura crítica que o leva a não aceitar a explicação do conhecimento para fins de planejamento, porque, intervir na realidade é, para ele, criticá-la.

Na mesma data da publicação original deste livro de D. Harvey, em 1973, apareceu o trabalho de P. Claval intitulado *Principes de Géographie Sociale*. P. Claval, que se havia comprometido com sua divisão da geografia em *Clássica e Moderna*, como foi visto linhas atrás, apresenta, então, aí, sua solução.

Para ele, "as atividades humanas têm uma base territorial; a distância freia a interação: o espaço tem um significado profundo para os indivíduos e as sociedades" (p. 136). Trata-se de compreender as decisões individuais e sua regulação pela sociedade; e, para isso, é preciso fazer a linguagem dos valores. Mas, quais são as bases da valorização do espaço? O território é importante para o equilíbrio das sociedades. É uma constatação. Deve haver, por isso, algo como um imperativo territorial, seja uma programação instintiva genética, ou uma programação cultural adquirida ao longo do período de formação. Embora deixe a questão em aberto, P. Claval afirma que "o espaço

não importa senão como suporte de uma experiência, que é antes de tudo social” (p. 141).

O que dizer de tal proposição, se sua perspectiva metodológica é uma combinação de psicologia individual e social, de um lado, e uma abordagem fenomenológica, de outro? P. Claval responde, afirmando que o espaço é importante como base estável, país natal, consciência do território e significado das paisagens. Estes itens são guias para a pesquisa. É deixar novamente a questão em aberto, o que é coerente com sua formação epistemológica analítica.

Sem pretender fazer aqui uma história das idéias em geografia — o que sem dúvida está se tornando uma necessidade urgente — passo, então, a dizer alguma coisa a propósito da “solução” de D. Harvey. (Coloco a palavra entre aspas como o próprio autor o faria.)

D. Harvey surgiu, recentemente, no cenário intelectual da disciplina geográfica com um livro que fez sucesso entre os especialistas: *Explanation in Geography*, no qual examinou toda a contribuição científica recente, referente em particular a modelos e teoria dos sistemas e seu impacto em Geografia.

A *Justiça Social e a Cidade* é seu segundo texto em forma de livro.

Em primeiro lugar, desde logo, ele abandona a preocupação de ser clássico ou moderno. A questão para ele não é, neste estágio, de teoria do conhecimento mas, sim, de ontologia. Por isso, apesar de escrever uma obra importante sobre o urbanismo, tratando de temas como a natureza da teoria e a natureza da justiça social, sua indagação principal teórica é a seguinte: o que é o espaço?, que é seguida de outra: o que é isso que a prática humana cria como espaço?

No trato desse assunto sua primeira preocupação é mostrar que o espaço, considerado apenas em sua dimensão física, não consegue abranger seu conteúdo social e simbólico. O leitor poderá, lendo o trabalho, achar que sua solução ontológica, que combina Aristóteles, Kant, Leibniz e Marx, é uma abordagem válida, desde que se assumam algum pressuposto estruturalista, que é a postura final de D. Harvey, aqui, embora deixe algumas sugestões em aberto.

É preciso, contudo, tomar cuidado, neste caso, com as classificações. Em primeiro lugar, D. Harvey afirma, categoricamente, que não é marxista. Ao final do livro, quando discute a ontologia e a epistemologia de Marx, apresenta uma solução com a qual muitos marxistas por certo não concordariam. Mas, seria imprudente categorizá-lo como uma modalidade de estruturalista em geografia. A razão disso decorre da própria natureza do assunto de que está tratando: para ele, também a superfície da terra é uma manifestação do espaço. Mas, ele critica a ecologia. E sua crítica implícita, a uma solução

como a de Pierre George, também surge no texto, aqui e ali. Não menos “irônica” é sua apreciação da fenomenologia como “solução”. Qual seu objetivo, então?

Tenho que fazer referência novamente ao início deste prefácio.

A preocupação central de D. Harvey é a da unidade do social e do natural. Essa preocupação leva-o progressivamente ao método de Marx, que fornece a ele o que supõe ser uma chave para a solução da questão. Mas, também Marx é criticado. Não pelo que fez, mas pelo que teria ignorado.

Naquele capítulo cinco, citado, sem dúvida um dos momentos altos do trabalho, só superado em profundidade com a sua surpreendente formulação seguinte: o modo de integração econômica — o problema da unidade social-natural é resolvido através da consideração do uso do solo urbano, quando, transpondo a teoria de Marx da renda da terra para o ambiente urbano, desaparece a separação entre os dois aspectos da realidade. Mas, acrescenta-se, o espaço terrestre, que é desde logo social, como *espaço criado*, mais do que como *espaço efetivo*, é aí o objeto de análise e não o modo de produção. Isto é, sem dúvida, uma contribuição importante.

Ao final do livro, Harvey refere-se a recentes elaborações teóricas de Henri Lefebvre, concordando em parte com este.

Essa discussão “final”, parece-me, tem como base o seguinte: D. Harvey examina com grande acuidade o processo de transição *relação campo-cidade* para a *situação cidade-campo*. Henri Lefebvre está preocupado com um tema que considera mais avançado: as *relações cidade-cidade*, porque, argumenta, o processo de urbanização tornou-se o centro de atenção na sociedade capitalista contemporânea! Mais do que isso, a própria industrialização passou a voltar-se para ele, numa situação de dependência.

D. Harvey discorda. Aceita a idéia, mas acredita que Lefebvre está próximo da utopia, embora ache a utopia importante.

Por essa questão, apenas, o leitor pode julgar da importância e atualidade desta obra.

Não pretendo que estas simplificações que sou obrigado a fazer nesta breve apresentação do livro esgotem o assunto. Peço mesmo, que as tomem como apenas uma opinião. Não posso, neste caso, seguindo o caminho percorrido pelo próprio D. Harvey, deixar de fazer referência a uma proposição de Marx, que pode apresentar também uma orientação a seguir. Refiro-me àquela passagem da *Crítica do Programa de Gotha* em que se diz: “O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (que, ao fim e ao cabo, são a riqueza real!) tanto quanto o trabalho, ele próprio expressão de uma força natural, a força de trabalho do homem” (1971, p. 13).

O assunto é, pois, complexo.

Aliás, como o foi a tradução. Gostaria de dizer algumas breves palavras sobre isto. O estilo de D. Harvey é muito peculiar. Importava mantê-lo, procurava, por isso, ficar entre uma tradução literal e os requisitos de uma versão. Em certos casos, mantive a tradução de certos "neologismos" como *agregado*, *curva de quantidade de renda* e outros. Fui obrigado, inclusive, a manter literal a expressão *mercado de troca* que, embora possa parecer redundante, é assim usada pelo autor. No caso do conhecido neologismo *externalidades*, preferi a tradução mais vernácula *externalização*. (Os economistas que me relevem.) Como a postura de D. Harvey é, a meu ver, *analítica-estruturalista*, e como o assunto encontra-se ainda em fase de difusão no Brasil, não posso ser julgado inadequado.

Gostaria de fazer aqui um agradecimento a amigos e colegas que me incentivaram. Não os cito aqui pela conhecida razão de que sempre pode faltar alguém.

São Paulo, 1978

Armando Corrêa da Silva

Sumário

Prefácio do Tradutor	VII
<u>Introdução</u>	1
<i>A NATUREZA DO ESPAÇO</i> PRIMEIRA PARTE: FORMULAÇÕES LIBERAIS	
<u>Capítulo 1: Processos Sociais e Forma Espacial: (1)</u>	13
Os Problemas Conceituais do Planejamento Urbano	14
A Imaginação Geográfica versus a Imaginação Sociológica	18
Em Direção a uma Filosofia do Espaço Social	26
Alguns Problemas Metodológicos na Interseção	27
1 Individualização	29
2 Confusões	30
3 Inferência Estatística	32
Estratégia na Interseção	32
<u>Capítulo 2: O Processo Social e a Forma Espacial: (2)</u>	39
A Redistribuição da Renda Real em um Sistema Urbano	41
A Distribuição de Renda e os Objetivos Sociais de um Sistema Urbano	43
Algumas Condições que Governam a Redistribuição de Renda	43
1 A Rapidez de Troca e o Grau de Ajustamento em um Sistema Urbano	45
2 O Preço de Acessibilidade e o Custo de Proximidade	46
3 Efeitos de Exteriorização	48
Os Efeitos Redistributivos da Mudança de Localização de Empregos e Habitação	51
A Redistribuição e o Valor Mutável dos Direitos de Propriedade	55
A Disponibilidade e Preço dos Recursos	59
Os Processos Políticos e a Redistribuição da Renda Real	65
Os Valores Sociais e a Dinâmica Cultural do Sistema Urbano	71
<u>A Organização Espacial e os Processos Políticos, Sociais e Econômicos</u>	72
1 A Provisão e Controle de Bens Públicos Impuros Num Sistema Urbano	75
2 Organização Regional e Territorial em um Sistema Urbano	78
Comentário Conclusivo	81
<u>Capítulo 3: A Justiça Social e os Sistemas Espaciais</u>	84
"Uma Distribuição Justa"	85
Justiça Distributiva Territorial	86
1 Necessidade	89
2 Contribuição ao Bem Comum	90
3 Mérito	92
Para Obter Distribuição com Justiça	92
Uma Distribuição Justa Obtida com Justiça: Justiça Social Territorial	99